

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária
Período de Análise: fevereiro de 2011.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico Biodiesel Br
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto É Dinheiro Rural
Agroanalysis
Carta Capital
Biodiesel Br

Índice

Preço da terra bate recorde no Brasil - Márcia de Chiara – Economia – O Estado de São Paulo – 06/02/2011	3
Pequenos e médios produtores sustentam alta – Márcia De Chiara – Economia – O Estado de São Paulo – 06/02/2011	4
Peso da terra no custo do agronegócio deve aumenta – Amaryllis Romano – Economia – O Estado de São Paulo – 06/02/2011	5
Doença da laranja volta a aumentar em SP – Venceslau Borlina Filho – Mercado – Folha de São Paulo – 09/02/2011	6
Preço em alta provoca falta de mudas da fruta no interior de SP – Venceslau Borila Filho – Mercado – Folha de São Paulo – 09/02/2011	6
Safra supera La Niña e tem boa produtividade – Tatiana Freitas e Karla Domingues – Mercado – Folha de São Paulo- 09/02/2011	7
Pressão sobre o Congresso terá reforço do MST – Daniela Lima – Poder – Folha de São Paulo – 09/02/2011	8
Sem-terra bloqueiam o porto de Maceió – Poder – Folha de São Paulo – 11/02/2011	9
Fundos estrangeiros compram mais terras agrícolas no Brasil - Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios – 11/02/2011	9
Indústrias de alimentos vão para o campo em busca de parcerias- Mauro Zaflon – Mercado – Folha de São Paulo	11
Venda antecipada aumenta na safra 2010/11 – Tatiana Freitas – Mercado – Folha de São Paulo – 12/02/2011	13
CNA apresentapauta de prioridadespara resolver gargalos de infra-estrutura e logísticapara o setoragropecuário- SítioEletrônico da CNA - 15/02/2011	14
CNA defendevotação do CódigoFlorestalcomo forma de regularizarsituação no Campo- SítioEletrônico da CNA - 23/02/2011	15
Grupo do MST desocupa prefeitura em SP – Poder – Folha de São Paulo – 25/02/2011	16
Crise que se alastra pelos países árabes aumenta os preços do agronegócio – Geraldo Barros – Mercado – Folha de São Paulo – 26/02/2011	16
Justiça atrasa desapropriação, alega órgão-Roldão Arruda – Primeiro Caderno – O Estado de São Paulo – 28/02/2011	19

Preço da terra bate recorde no Brasil - Márcia de Chiara – Economia – O Estado de São Paulo – 06/02/2011

Alta no preço dos alimentos leva cotação da terra a dobrar, em um ano, em algumas das principais regiões produtoras do País

De carona não só no boom dos preços dos alimentos, que atingiram em janeiro as maiores cotações em 21 anos no mundo, o valor das terras no Brasil disparou. No fim de 2010, o preço médio da terra alcançou níveis recordes e a maior valorização anual desde 2008, revela pesquisa Informa Economics /FNP, obtida com exclusividade pelo 'Estado'.

No Sudeste, Nordeste e Norte, o preço do hectare chegou a dobrar em algumas regiões entre janeiro e dezembro de 2010. Em áreas do Sul do País, houve alta de até 92,3% no mesmo período, como nas terras de pastagens de Cerro Azul (PR). A maior variação ocorreu em Aripuanã (MT), no Centro-Oeste. Lá a cotação do hectare de mata de difícil acesso, destinada a reserva florestal, subiu 105,6%, de R\$ 170 para R\$ 350 por hectare.

Terras mais caras.

Mas as terras mais valiosas do País estão no Sul e Sudeste, regiões dotadas de melhor infraestrutura. Quem liderou o ranking das terras mais caras em 2010 foram as várzeas para arroz em Rio do Sul (SC). O hectare fechou o ano valendo R\$ 43 mil, alta de 23% em 12 meses. Na sequência, estão Ribeirão Preto e Sertãozinho (SP), onde um hectare custava em dezembro de 2010 R\$ 24 mil, com alta de 20% em um ano.

O levantamento, que mapeou os preços à vista de negócios fechados em 133 microrregiões do Brasil, mostra que o movimento de alta de preços das terras em 2010 foi generalizado: de áreas de mata e pastagem às terras roxas para café, cana e grãos.

Na média do País, o preço de um hectare atingiu no último bimestre de 2010 R\$ 5.017, com alta de 9,1% em relação a janeiro de 2010, índice que é quase o dobro do registrado em 2009 (5%). Descontada a inflação oficial de 2010, de 5,91%, o aumento real do preço da terra foi de 3,2%.

“Todos os segmentos do agronegócio estão bons”, afirma a agrônoma Jacqueline Bierhals, gerente da consultoria e responsável pela pesquisa. Ela observa que a valorização das terras foi desencadeada pela explosão dos preços agropecuários, mas houve outros ingredientes que potencializaram a alta.

Com mais dinheiro no bolso, em razão dos resultados positivos das últimas safras, os produtores de médio e pequeno portes voltaram a investir, expandindo as áreas de produção e impulsionando os preços das terras. “Hoje o produtor não tem mais necessidade de pôr o imóvel à venda para pagar os funcionários.” Ela cita Santa Catarina, onde predominam as pequenas propriedades, como o Estado com a maior valorização média do preço da terra em 12 meses, de 22%.

A tendência de alta mais intensa em áreas menores é confirmada por Atilio Beneditini Neto, da Beneditini Imóveis, que atua na região de Ribeirão Preto. “Hoje os grandes compradores de terras são os médios e pequenos produtores que, capitalizados, compram cinco alqueires para expandir a produção.” Áreas menores são vendidas rapidamente, diz.

Só neste ano ele já fechou três negócios e a velocidade de vendas não é maior porque a oferta de terras na região é escassa. “O mercado é comprador.” Minério e energia. Também o avanço de atividades que exigem áreas extensas, como exploração mineral e parques eólicos, por exemplo, passou a disputar e valorizar a terra voltada para o agronegócio, diz Jacqueline.

No ranking de valorização de terras, depois de Santa Catarina e do Amapá (20%) está o Rio Grande do Norte, com aumento médio de 16% do preços em 12 meses. Segundo Jacqueline, fazendas de camarão, exploração de salinas, parques eólicos e atuação da Petrobrás valorizaram as terras do litoral.

Um exemplo da valorização das terras do agronegócio impulsionada por outras atividades ocorre no Cerrado mineiro, onde se produz café. Em Patrocínio (MG), o hectare saiu de R\$ 15 mil para R\$ 25 mil em um ano, segundo o corretor Damião Cosme Machado, da Imobiliária Central.

Além do aumento de 80% do preço do café em 12 meses, ele aponta a chegada da Vale na região, comprando 3 mil hectares para exploração de minérios como fator de alta do preço da terra. Corretor há 20 anos, Machado diz que nunca viu o preço subir tanto em tão pouco tempo. “O preço da terra é recorde e o do café também.” De seis meses para cá, ele vendeu quatro fazendas para cafeicultores da região, uma delas à vista

Pequenos e médios produtores sustentam alta – Márcia De Chiara – Economia – O Estado de São Paulo – 06/02/2011

Apesar das restrições governamentais à compra de terras por estrangeiros, mercado continuou em alta, com o avanço dos produtores brasileiros
Peso da terra no custo do agronegócio deve aumentar

Nem mesmo o maior rigor imposto pelo governo na compra de terras por estrangeiros esfriou o mercado imobiliário rural. Desde agosto de 2010, foram mudadas as regras de aquisição de terras por estrangeiros. Em alguns casos, dependendo da localização e da área, é necessário até autorização do Congresso Nacional para que o negócio seja fechado.

“Hoje os fundos estrangeiros de investimento em terras estão fora do mercado, mas continuam estudando alternativas e prospectando negócios na Bahia e em São Paulo”, diz Jacqueline Bierhals, gerente da consultoria Informa Economics / FNP.

A expectativa de Jacqueline era que a maior restrição a estrangeiros tivesse reflexo no mercado, com recuo nos preços das terras. Mas isso não ocorreu e as cotações continuaram subindo, sustentadas pelas aquisições de pequenos e médios produtores nacionais, de olho nas boas perspectivas do agronegócio.

Na região dos municípios de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, polo produtor de soja, milho, café e algodão, o número de produtores americanos interessados em comprar terras diminuiu, diz o gerente da Cooperativa Agropecuária do Oeste da Bahia, Toninho Assunção.

A perda de interesse dos estrangeiros pela região começou antes da mudança nas regras para compra. “Com a crise de 2008, a procura por parte dos americanos diminuiu”, lembra Assunção, acrescentando que os chineses continuam visitando a região, mas não fecham negócio.

A valorização, na faixa de 60% das terras agrícolas no último ano na região, foi sustentada pelos produtores brasileiros, pela escassez de terras à venda e pela própria alta do grão. Assunção explica que, como muitos negócios são indexados em sacas de soja por hectare, nos últimos tempos houve não só aumento do preço da soja em reais como em número de sacas por hectare.

Esse movimento também ocorreu no oeste do Paraná, na região de Cascavel. Dilvo Grolli, presidente da Coopavel, a cooperativa local, diz que o preço da saca de

soja subiu de R\$ 32 para R\$ 45 em 12 meses na região e o número de sacas do produto por hectare aumentou, de 600 para 800 sacas. Para ele, o aumento de 80% na cotação da terra não é uma bolha especulativa. “O consumo mundial de soja cresceu e um parte desse aumento é uma recuperação de preços após a crise de 2008.

Peso da terra no custo do agronegócio deve aumenta – Amaryllis Romano – Economia – O Estado de São Paulo – 06/02/2011

Valorizações expressivas no preço das terras agricultáveis, de melhor rendimento da produção, estão vinculadas ao fato de o Brasil vir mostrando desempenho crescente e destacado no cenário agropecuário mundial, especialmente nas últimas safras.

E não poderia ser diferente, uma vez que os preços de commodities agropecuárias estão em alta há algum tempo, algumas atingindo recordes históricos – em função da crescente demanda por alimentos e também por matéria prima para produção do biocombustíveis –, implicando elevados retornos na atividade, atraindo novos investimentos, que, no caso, têm início na aquisição da terra.

O País está no foco internacional dado que grande parte das regiões produtoras no globo tem sentido os agudos efeitos de intempéries climáticas. Internamente, mesmo com recorrentes problemas que alternam excesso de chuvas com períodos de seca, a produtividade geral da safra de grãos vem crescendo, impulsionada também por incorporação de novas fronteiras e por desenvolvimento de tecnologia que tem permitido até três colheitas no mesmo ano.

Parece que a tão propalada vocação agrícola do País está finalmente se concretizando e a profissionalização do setor bem como o avanço tecnológico do parque produtor de bens de capital para a agricultura impulsionam a procura de áreas mais adaptáveis ao uso de máquinas e equipamentos tanto no plantio quanto na colheita, que elevam a produtividade e reduzem o peso de outros componentes do custo de produção, como a mão de obra.

Tudo isso tende a impulsionar os preços da terra, uma vez que mesmo havendo uma vasta área ainda a ser incorporada ao processo produtivo, o custo de se iniciar um projeto em regiões que já contam com alguma infraestrutura e adaptáveis às novas tecnologias é bem menor.

Adicionalmente, as questões das licenças ambientais e das regras e restrições impostas pelo zoneamento agropecuário tendem a pressionar o valor da terra. É possível que no bojo da valorização da terra exista um componente especulativo, de agentes que busquem apenas o retorno desta elevação de preços, sem visar a produção primária, mas ele não deve se sustentar no médio prazo, pelas próprias características cíclicas do agronegócio, que alterna bons e maus anos.

O risco inerente à atividade tende a afastar os leigos e também a manter os itens mais pesados do custo de produção em relativo equilíbrio no médio e longo prazo. O fator terra, porém, por ser cada vez mais escasso, deve seguir elevando sua participação no custo total de produção.

*

É ECONOMISTA E SÓCIA DA TENDÊNCIAS CONSULTORIA INTEGRADA.

Doença da laranja volta a aumentar em SP – Venceslau Borlina Filho – Mercado – Folha de São Paulo – 09/02/2011

Incidência do cancro cítrico nos pomares foi de 0,44% em 2010, ante 0,14% em 2009, segundo o Fundecitrus

Noroeste do Estado é a região mais afetada, com 2,55% dos talhões contaminados; controle foi alterado em 2009

Após 11 anos sob controle, o cancro cítrico voltou a registrar aumento nos pomares paulistas. Segundo dados por amostragem do Fundecitrus (Fundo de Defesa da Citricultura), a doença atingiu 0,44% dos talhões em 2010, ante 0,14% em 2009.

O Estado tem hoje cerca de 96 mil talhões de laranja. Cada talhão tem, em média, 2.000 plantas. Os técnicos do fundo inspecionaram, ao todo, 11 milhões de plantas. Em 1999, quando foi realizado o primeiro ano do trabalho, o índice era de 0,70%.

Segundo o presidente do Fundecitrus, Lourival Carmo Monaco, o crescimento já era esperado por causa da alteração em 2009 da lei.

Na ocasião, desobrigou-se a erradicação de todo o talhão quando a contaminação atingia 0,5% das plantas.

"Agora, quando tem surgimento do cancro, a erradicação só acontece no raio de 30 metros. Por isso, estamos intensificando a atuação junto aos citricultores", disse. A Secretaria de Estado da Agricultura informou ontem, via assessoria, que comentaria os resultados apenas após análise do levantamento por seus técnicos agrícolas.

CONTAMINAÇÃO

A região mais afetada pelo cancro, segundo o levantamento, é o noroeste paulista, com 2,55% dos talhões contaminados.

A região central, principal polo produtor do Estado, que envolve Araraquara, teve incidência da doença em 0,41% dos talhões.

A região norte de São Paulo, que em 2009 não registrou casos da doença, teve incidência de 0,23% dos talhões, seguido pela oeste, com 0,22%, e sul, que teve índice de 0,07%. O último resultado mais próximo foi registrado em 2000.

No caso do produtor Humberto Bellintani Iplinsky, 47, a incidência do cancro cítrico mudou a rotina na fazenda em Pedranópolis, noroeste de São Paulo. O pomar da propriedade tem 55 mil pés de laranja inspecionados.

"Adotamos diversas medidas preventivas. Como vivemos numa região endêmica, fiscalizamos até a mão de obra para impedir a transmissão da bactéria de um lugar para outro", afirmou o produtor.

O cancro cítrico está presente no Brasil desde 1957. Nenhuma variedade está imune à doença. Os sintomas (com manchas amarelas) podem aparecer em ramos, folhas e frutos. O combate pode ser feito com aplicação de inseticidas e controle de praga.

Preço em alta provoca falta de mudas da fruta no interior de SP – Venceslau Borlina Filho – Mercado – Folha de São Paulo – 09/02/2011

O preço em alta da laranja já provocou falta de mudas nos viveiros do interior paulista, maior produtor do país. A venda da planta agora só ocorre no mercado futuro. Nas principais regiões produtivas do Estado, por exemplo, o prazo para entrega das encomendas varia de 90 a 180 dias, dependendo da quantidade solicitada.

Com o aumento da demanda, o preço médio das mudas também cresceu e foi de R\$ 3 no começo do ano passado para R\$ 4,50.

O aquecimento desse mercado ocorre basicamente porque o produtor teve ganhos com a valorização de 104,4% no preço da caixa da laranja (40,8 kg) em 2010 - R\$ 15,66 em dezembro.

Assim, os citricultores investiram mais na renovação dos pomares, provocando falta de mudas.

No viveiro do produtor Roberto Salva, em Ibitinga (347 km de São Paulo), não há mudas para pronta entrega.

Na venda futura, os pedidos têm prazo de entrega para até o final do ano. Sua capacidade de produção é de 210 mil mudas por ano. "O preço melhor motivou o produtor a investir no pomar. Com isso, reativou o mercado de mudas", disse Salva.

Segundo o IEA (Instituto de Economia Agrícola) da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento, 6% dos pomares paulistas foram renovados em 2010. Ao todo, o Estado tem 573,2 mil hectares de área plantada de laranja. A previsão de produção da fruta para a safra agrícola 2010/11 é de 353 milhões de caixas. Salva afirmou que as mudas estão sendo vendidas para a renovação de pomares e para a reposição de plantas.

"O produtor não pode parar de investir porque o pomar fica velho e a produtividade cai, gerando perda de rentabilidade", disse.

O citricultor André Abrantes, por exemplo, plantou 8.000 mudas há cerca de um mês na propriedade que mantém em Araraquara (273 km de São Paulo). "Foi um investimento caro, mas necessário para ter rendimento no futuro", disse ele.

Foram aplicados cerca de R\$ 30 mil.

No viveiro do produtor Marcos Forner, de Engenheiro Coelho (158 km de São Paulo), toda a produção de 300 mil mudas já foi esgotada pelos compradores.

Com a procura, ele passou a vender cada muda por cerca de R\$ 4,50. "Antes, ninguém procurava e a gente vendia quase de graça, por R\$ 2 ou R\$ 3."

Safra supera La Niña e tem boa produtividade – Tatiana Freitas e Karla Domingues – Mercado – Folha de São Paulo- 09/02/2011

O fenômeno climático La Niña não deve prejudicar a produtividade da próxima safra de grãos no Brasil.

Segundo levantamento da consultoria Informa Economics FNP, o rendimento deve ficar acima da média dos últimos cinco anos.

Para a soja, a consultoria elevou a estimativa de 47,2 sacas por hectare, divulgada em dezembro, para 47,6 sacas. Nos últimos cinco anos, o rendimento médio ficou em 45,4 sacas por hectare.

Na safra 2009/10, que contou com clima extremamente favorável para o desenvolvimento das lavouras, o rendimento foi recorde: 48,8 sacas de soja por hectare. Cenário semelhante vale para o milho. Para a safra de verão, a produtividade brasileira deve ficar em 70,3 sacas por hectare, segundo a nova estimativa da FNP, ante 69,8 sacas em dezembro. A média em cinco anos é de 64,5 sacas. Na safra 2009/10, o rendimento ficou em 73,5 sacas.

"Para um ano de La Niña, o resultado é muito bom", diz Aedson Pereira, analista de grãos da Informa Economics FNP. Na safra 2008/09, também atingida pelo La Niña, o rendimento da soja ficou em 43,8 sacas; o do milho, em 60,5 sacas.

Segundo ele, as estimativas foram revisadas no último mês devido ao clima. "Choveu o suficiente em janeiro para garantir que as lavouras no país—até mesmo em algumas regiões do Rio Grande do Sul—apresentassem boa produtividade."

Em dezembro, o volume de chuvas ficou abaixo da média histórica, o que gerou preocupações sobre a produção na América do Sul.

Além de o nível das chuvas não ter sido tão baixo como o esperado, o aumento dos investimentos na produção contribui para o melhor rendimento. Os bons preços dos grãos, verificados a partir do segundo semestre de 2010, possibilitaram o investimento em tecnologia.

Safrinha menor A área para a segunda safra de milho deve cair no Centro-Oeste. Em Sorriso (MT), a redução deve chegar a 32%, para 170 mil hectares, segundo a Informa Economics FNP. Em vez do milho, muitos produtores devem optar pela segunda safra de algodão.

No atacado As commodities foram destaque de alta no IGP-DI de janeiro (2,46%, ante 0,74% em dezembro). Só o preço do algodão em caroço aumentou 18%.

No varejo O IPCA, divulgado ontem, mostrou que o prejuízo nas lavouras chegou ao consumidor. O preço do tomate subiu 27% em janeiro; o da cenoura, 22%.

Mais caro O preço do café acumula boa alta neste ano tanto no país como no exterior. Em Nova York, o aumento é de 5%. Segundo pesquisa da **Folha**, no país a saca de 60 quilos chegou a R\$ 500 ontem -alta de 21%.

Efeito China A nova alta da taxa de juros na China teve reflexo no mercado de açúcar em Nova York. O primeiro contrato caiu 4,6% ontem, para 31 centavos de dólar por libra-peso. Há temores de que o aperto monetário reduza a demanda.

Baixa oferta Mas a consultoria alemã F.O Licht avalia que o mercado de açúcar ainda está em "situação delicada", após revisar para baixo a projeção para a produção de Brasil, Índia, Austrália e China em 2010/11. A previsão é de produção global de 165,1 milhões de toneladas nesta safra, diz a Reuters.

PRATA

+3,15% Ontem, em Nova York

CHUMBO

-2,91% Ontem, em Londres

Pressão sobre o Congresso terá reforço do MST – Daniela Lima – Poder – Folha de São Paulo – 09/02/2011

As centrais sindicais estão convocando movimentos sociais para participar de ações contra a proposta do governo para o reajuste no valor do salário mínimo. Com o fim das negociações com o governo, a ideia agora é direcionar a pressão para os congressistas em conjunto com entidades como MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e UNE (União Nacional dos Estudantes).

"Achávamos que o governo não queria isso. Mas, se está querendo, não tem problema. Vamos para dentro do Congresso defender o nosso ponto de vista", afirmou o presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Artur Henrique.

Na noite de ontem, o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), presidente da Força Sindical, se reuniu com dirigentes do MST. A CUT, por sua vez, já esteve com a UNE.

A intenção é dar início, já na próxima semana, a eventos em todo o país. As centrais iniciaram a negociação defendendo o valor de R\$ 580 para o mínimo, mas sinalizaram que, se o governo subisse sua proposta, haveria possibilidade de acordo. O governo, porém, permaneceu irredutível nos R\$ 545 oferecidos.

Henrique também afirmou que a mobilização não simboliza um rompimento com o governo ou com acordos firmados na gestão do ex-presidente Lula.

Sem-terra bloqueiam o porto de Maceió – Poder – Folha de São Paulo – 11/02/2011

Cerca de 300 sem-terra invadiram o porto de Maceió ontem e bloquearam entradas e saídas. Segundo informações da Polícia Militar, não houve registro de danos ao patrimônio.

De acordo com a CTP (Comissão Pastoral da Terra), de onde são alguns dos sem-terra, mais de 1.200 famílias foram despejadas de acampamentos em 2011.

Fundos estrangeiros compram mais terras agrícolas no Brasil - Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios – 11/02/2011

Apenas a imobiliária multinacional NAI intermediou 16 negócios no ano passado

De São Paulo

Enquanto o governo brasileiro avalia impor limites à compra de terras por estrangeiros, multiplicam-se as aquisições fechadas em outros idiomas nas principais regiões agrícolas do país. Ainda que na maior parte dos casos a discrição seja vital para o acerto e players estabelecidos no mercado afirmem que esperavam um número de transações maior do que o noticiado, o fato é que o movimento está em curso e ainda deverá ganhar mais força.

Exemplo dessa tendência é a NAI Commercial Properties, multinacional do ramo imobiliário que intermediou cerca de 30 negócios envolvendo grandes áreas de terras no Brasil em 2010, a grande maioria com mais de 10 mil hectares e formada por uma ou mais fazendas.

Do total, 16 blocos foram adquiridos por fundos de investimento sediados em outros países.

Conforme Aloísio Barinotti, presidente da empresa no Brasil, o interesse é cada vez maior. Em 2009, lembra, a NAI acertou a transferência de 12 grandes áreas no Brasil, oito delas compradas por fundos estrangeiros.

Levantamento divulgado recentemente pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostra que, em 2010, cerca de US\$ 14 bilhões foram investidos em toda omundona compra de terras para a agricultura—e, segundo a agência Reuters, o Brasil foi um dos principais destinos desses aportes.

É difícil saber se o perfil dos negócios fechados pela NAI serve para explicar o que acontece no mercado brasileiro como um todo, uma vez que não há dados oficiais atuais e disponíveis que mostrem quem vende e quem compra. Mas, considerando-se apenas o nicho de grandes áreas para a produção de commodities para exportação, Barinotti acredita que a fatia da NAI seja um pouco superior a 20%.

De qualquer forma, diz, os investimentos estrangeiros em terras no país não cessaram com a discussão sobre os limites ao movimento e, pelo menos por enquanto, a tendência é de incremento.

As 16 fazendas cujas vendas a fundos de fora foram intermediadas pela NAI em 2010 estão nos Estados de Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Bahia e Tocantins.

No total, somam 96 mil hectares, sendo a maior na região de Pedro Afonso, Tocantins. Ali, duas fazendas, com 40 mil hectares no total, foram vendidas a um único fundo por R\$ 6 mil/hectare, em média — um negócio que pode ser estimado, portanto, em R\$ 240 milhões. Nesse universo, apenas duas áreas têm menos de 10 mil hectares.

Uma delas está na região de Barretos (SP), tem 1,5 mil hectares e foi vendida pelo valor mais alto entre todos os negócios da NAI (preço médio de R\$ 32 mil por hectare), e a outra é na região de Luís Eduardo Magalhães (BA), tem 5 mil hectares e saiu por R\$ 10 mil por hectare, em média.

Todas as transações, explica Barinotti, tiveram compromisso de compra e venda assinado e os devidos valores quitados. Algumas estão em fase de escrituração ou em fase de matrícula no cartório. As operações, continua, foram pagas diretamente por fundos, ou pelos mesmos em associação com grupos brasileiros.

“Eles estão mais organizados, trocando informações entre si sobre operações que realizam a fim de se proteger legalmente”, diz o presidente da NAI no Brasil, que tem cerca de 200 fundos de investimento cadastrados com interesse em comprar terras para agregar valor com agricultura.

Se não interrompeu o fluxo de negócios, a sinalização de restrição do governo — expressa no último parecer da Advocacia Geral da União (AGU) sobre o assunto, de junho de 2010 — pode até estar acelerando negócios antes que a porta seja fechada. É difícil saber, mas quem atua nesse mercado acompanha o debate de perto.

“Nossa posição é de que o parecer da AGU é inconstitucional”, diz Arlindo de Moura, presidente da SLC Agrícola, uma das maiores companhias produtoras de grãos do país.

Ele antevê uma “i n t e r e s s a n t e” briga jurídica pela frente. “A lei à qual se refere a restrição, expressa no parecer, é de 1971 e previa a existência de empresas estrangeiras e nacionais. A Constituição de 1988 vetou essa segregação e passou a considerar que todas as empresas instaladas no Brasil são brasileiras.

Por isso, ao nosso ver, essa restrição não é legal”, diz Moura.

Mas, apesar disso, a insegurança jurídica atrapalhou, em parte, os planos da SLC. No ano passado, a companhia estabeleceu as diretrizes da sua unidade de terras, a Land Co., que foi criada oficialmente em janeiro deste ano. O plano era captar US\$ 300 milhões para investir no projeto, e no segundo semestre do ano passado US\$ 200 milhões estavam em fase final de captação com fundos soberanos e privados. “Após o parecer da AGU, a captação ficou em estado de espera. Muitos dos fundos que estavam com apetite aguardam uma nova legislação mais esclarecedora”, diz Moura.

E o impasse já causa confusão.

No dia-a-dia dos cartórios, conta o executivo, já está mais complicado registrar um imóvel. “Os cartórios estão com dificuldade de saber que municípios já chegaram ou não no limite de 5% de registros de terras feitos por estrangeiros”, diz, referindo-se ao parecer da AGU. Independentemente da constitucionalidade do parecer, afirma, o problema está na insegurança jurídica que a situação traz. “O que impede que daqui a dez anos uma nova mudança seja feita?”, pergunta.

Assim como a SLC Agrícola, a Cosan, maior grupo sucroalcooleiro do país, criou há quase dois anos uma empresa de terras para aproveitar o apetite de fundos de investimento e, ao mesmo tempo, impor sua expertise em produção agrícola para agregar valor aos ativos.

Batizada de Radar, a empresa tem 19% de participação da Cosan.

O restante está principalmente nas mãos de fundos estrangeiros.

“A Cosan é que controla a Radar.

Por isso, não estamos sob qualquer restrição. O que a gente observa é que as sinalizações do governo reduziram a liquidez no campo de forma geral, atrapalhando o volume de negócios que vinham sendo realizados”, diz Marcos Lutz, presidente da Cosan.

Indústrias de alimentos vão para o campo em busca de parcerias- Mauro Zaflon – Mercado – Folha de São Paulo

Objetivo é investir em novas variedades, obter melhores produtos e que atendam ao mercado

Empresas investem em centros de pesquisa para ajudar agricultores a desenvolver produtos com maior qualidade

Qualidade do produto, custos e adequação da matéria-prima às necessidades da empresa têm levado cada vez mais as indústrias de alimentos para o campo.

Nessa lista entram indústrias que utilizam batata, milho, trigo, pipoca, ervilha, mandioca, mandioquinha e até inhame.

Elas não medem esforços para investir em novas variedades agrícolas, que serão destinadas aos produtores com os quais mantêm parcerias.

Um desses casos é o da Pepsico, uma das grandes indústrias mundiais de alimentos. Apesar de o objetivo final da empresa ser a produção de alimentos industrializados, os investimentos em pesquisas agrícolas somam US\$ 20 milhões por ano.

Além desses investimentos na busca de novas variedades agrícolas, a empresa gasta um volume ainda maior de recursos em fomento aos produtores. Só na América do Sul, esses investimentos somam US\$ 11 milhões e agregam treinamento, cursos e visitas a campos monitorados por agrônomos.

"A marca é o patrimônio da empresa", diz Jorge Tarasuk, vice-presidente de operações da divisão de alimentos da Pepsico América do Sul, ao se referir à necessidade de a indústria fazer um controle dos produtos e, conseqüentemente, obter segurança alimentar.

NOVAS VARIEDADES

A Yoki, outra indústria de alimentos, vai na mesma linha da Pepsico. Sem a oferta de produtos de qualidade no mercado interno e dependente de importações, principalmente de milho pipoca, a empresa foi em busca de variedades mais produtivas e específicas para sua linha industrial.

A empresa passou a oferecer novos cultivares aos produtores e a produção nacional substitui as importações.

Um dos feitos mais recentes da Yoki foi a "nacionalização" da ervilha, produto originalmente importado do Canadá. Embora ainda esteja dependente de compras externas, a Yoki já consegue cultivares adaptáveis a regiões do Rio Grande do Sul. O resultado é que em pouco tempo a empresa deixará de importar esse produto, segundo Gabriel João Cherubini, vice-presidente da Yoki.

O executivo não revela quanto a empresa destina a esses investimentos voltados para o campo.

CEVADA E CAFÉ

Na mesma linha das demais, a AmBev também mantém centros de pesquisa no Sul e desenvolve variedades próprias de semente de cevada. A empresa tem uma área de 75 mil hectares de cevada em parceria com produtores na região Sul. "Essas nossas parcerias mantêm viva a cultura da cevada no Brasil", diz Marcelo Otto, diretor agroindustrial da AmBev.

A italiana Illycaffè também teve de ir a campo e orientar os produtores para obter um café específico para o seu "blend".

Como metade do café que industrializa na Itália sai do Brasil, a Illy instituiu prêmios para obter um produto de melhor qualidade.

Além disso, criou uma "universidade do café" no país e instituiu um clube para produtores trocarem experiências. Tudo isso para dar condições aos cafeicultores de elevar o padrão do café.

"Não damos nada de graça para ninguém, apenas pagamos o preço justo pelo produto adquirido", diz Nelson Carvalhaes, sócio-diretor da Porto de Santos Comércio Exportação e Importação Ltda., empresa responsável pelas compras da Illy no Brasil.

Venda antecipada aumenta na safra 2010/11 – Tatiana Freitas – Mercado – Folha de São Paulo – 12/02/2011

A venda antecipada de produtos agrícolas (antes da colheita) está acima da média na safra 2010/11.

Todos os anos, para se capitalizar e diminuir o risco de queda de preço, os produtores vendem parte de sua produção antecipadamente.

Neste ano, com os altos preços das commodities, os produtores estão ainda mais adeptos dessa prática.

Consultorias apontam que cerca de metade da produção de soja já foi vendida. Para a Informa Economics FNP, 47% da produção havia sido comercializada ao final do mês passado, percentual bem acima da média dos últimos cinco anos, de 39%. No mesmo período de 2010, esse percentual era de 28%.

"Além de o preço garantir o custo, deu margens excepcionais para o produtor", afirma Aedson Pereira, analista de grãos da FNP.

Em Passo Fundo (RS), por exemplo, o preço médio de venda da saca de 60 quilos para entrega em maio foi de R\$ 47,20, ante custo de produção de R\$ 23,11, na média, segundo Pereira. O produtor garantiu, portanto, margem de lucro de 50%. Dúvidas quanto à produção na Argentina neste ano aumentaram o interesse das tradings em comprar antecipadamente a safra brasileira.

Com preços no maior nível da história, os produtores de algodão também aceleraram a venda da safra que ainda vai ser colhida. Segundo Haroldo Cunha, presidente do Instituto Brasileiro do Algodão, pelo menos 1,1 milhão de toneladas da safra 2010/11 (cerca de 60% da produção) já foram comercializadas.

Nesse caso, a venda antecipada estaria perto do limite. Os produtores costumam deixar uma margem de segurança de 40%, no caso de a produção ficar abaixo do esperado e para venda no país.

Para aproveitar os bons preços, os cotonicultores já começam a vender algodão que será colhido apenas no próximo ano. Segundo Cunha, 150 mil toneladas da safra 2011/12 já foram vendidas.

Alta produtividade O atraso das chuvas não impede a expectativa de produtividade recorde da soja neste ano, que pode alcançar 50 sacas por hectare, estima Vicente Gongora, da fabricante de agroquímicos DVA. "O momento é excelente para a soja precoce." **Bons frutos** A Cooperativa Vinícola Aurora deve receber de seus associados mais de 50 mil toneladas de uva nesta safra -crescimento de 20% em relação à anterior. A empresa comemora a boa qualidade das frutas neste ano e 80 anos de fundação na segunda-feira. **Desafio** Diante do bom rendimento da atual safra de uva, as empresas associadas ao projeto Wines of Brasil pretendem aumentar em 90% as exportações de vinho neste ano, para US\$ 4,4 milhões, após estabilidade em 2010. As importações cresceram 27% no ano passado. **Confinamento** O pecuarista Eduardo Alves de Moura (MT) será o próximo presidente da Assocon (Associação Nacional dos Confinadores), no lugar de Ricardo de Castro Merola. Rodrigo Penna de Siqueira (GO) permanece como vice. A entidade reúne 61 confinamentos, que abatem cerca de 500 mil cabeças de bovinos por ano.

OLHO NO PREÇO COTAÇÕES

Mercado Interno

BOI GORDO (R\$ por arroba) 100,5

SUÍNO (R\$ por arroba) 42,7

Chicago

MILHO (US\$ por bushel) 7,07

SOJA (US\$ por bushel) 14,16

CNA apresenta pauta de prioridades para resolver gargalos de infra-estrutura e logística para o setor agropecuário - Sítio Eletrônico da CNA - 15/02/2011

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, apresentou hoje (15/2) ao ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, uma pauta de prioridades para solucionar gargalos de logística e infraestrutura no corredor Arco Norte, onde estão importantes Estados produtores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A lista de reivindicações inclui investimento em rodovias, hidrovias, ferrovias e portos, possibilitando a integração de três modos de transporte e a ampliação da capacidade para embarques exterior em 10 milhões de toneladas de grãos partindo de estas três regiões, nos próximos quatro anos.

A senadora argumentou que, desta forma, haveriam alternativas de escoamento da safra, principalmente de soja e milho. Embora responda por 52% da produção total de grãos do Brasil, estas regiões exportam apenas 16,5% do total da safra. Outras vantagens dos investimentos no Arco Norte seriam o barateamento do custo do frete e do escoamento da produção, além do desafogamento das regiões Sul e Sudeste, de onde saem 83,5% da produção de grãos para outros países. “É possível ampliar essa capacidade, apostando nas hidrovias, na integração entre os modos rodoviário, hidroviário e ferroviário e nos investimentos da iniciativa na modernização dos portos”, enfatizou a presidente da CNA durante o encontro com o ministro, em Brasília.

Entre as prioridades listadas pela senadora, constam medidas de recuperação, modernização e ampliação da capacidade de importantes portos do Arco Norte, como os de Itaqui (MA), Vila do Conde (PA), Outeiro (PA) e Santarém (PA), Porto Velho (RO) e Itacoatiara (AM). “Em alguns destes terminais portuários, basta apenas uma licitação para que a iniciativa privada possa investir”, salientou a senadora. A presidente da CNA reforçou também a necessidade do governo “olhar com atenção” as hidrovias, especialmente nos rios Madeira, Tapajós, Tocantins, São Francisco e Parnaíba, por meio de iniciativas que permitam maior navegabilidade.

A presidente da CNA defendeu, ainda, a ampliação do

sistema rodoviário nestas três regiões, o barateamento da cabotagem (navegação entre portos brasileiros) e a implantação de mais ferrovias. O ministro Alfredo Nascimento reconheceu a importância de se melhorar a logística e a infra-estrutura do País e comprometeu-se a analisar as propostas apresentadas. Participaram do encontro o vice-presidente executivo da Confederação, José Ramos Torres de Melo Filho, o consultor de logística da entidade, Luiz Antônio Fayet, e os deputados federais Edson Giroto (PR/MS) e Homero Pereira (PR/MT), que também é vice-presidente da CNA.

CNA defende votação do Código Florestal como forma de regularizar situação no Campo- Sítio Eletrônico da CNA - 23/02/2011

Presidente da CNA acredita que o Congresso Nacional tem a oportunidade de definir a legislação ambiental mais adequada para o País

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, defendeu hoje a atualização do Código Florestal como forma de assegurar que a legislação ambiental não irá retroagir, prejudicando o produtor rural. “Mais de 90% dos produtores do Brasil não estão atrás de anistia. Eles querem justiça por que desmataram antes da criação da reserva legal”, afirmou a senadora, em entrevista coletiva para o lançamento do hot site do Código Florestal, que reúne informações sobre o assunto.

A reserva legal na Amazônia é um dos casos mencionados pela CNA para justificar a urgência na aprovação do texto do relator Aldo Rebelo (PCdoB-SP). Até 1996, a reserva legal na Amazônia era de 50%, mas uma Medida Provisória (MP) que até hoje não foi votada pelo Congresso Nacional elevou o percentual para 80%, o que agrava o quadro de insegurança jurídica no campo, pois obriga o produtor a recomprar as áreas para conseguir escapar de multas cujo valor, na maioria das vezes, ultrapassa o valor das propriedades.

O quadro de insegurança jurídica comprova, segundo a presidente da CNA, que trechos do atual Código Florestal estão em “dissonância” com a realidade do setor agropecuário, que é o maior interessado na preservação ambiental. Esses produtores ampliaram as áreas de produção nos últimos anos, estratégia que garantiu ao Brasil sair da condição de importador de alimentos para se tornar um dos principais fornecedores mundiais de alimentos.

A detalhar as informações que poderão ser consultadas no hot site do

Código Florestal, a senadora Kátia Abreu lembrou que em nenhum país do mundo exige-se que seus produtores mantenham uma área de reserva legal. “Será que é justo reduzir a área plantada com arroz e importar o produto de um país que não tem reserva legal?”, questionou a presidente da CNA. Na avaliação da senadora Kátia Abreu, se é imprescindível a reserva legal, esse instrumento de conservação deveria ser adotado por outros países, o que não acontece hoje em dia.

Ao defender o parecer do deputado Aldo Rebelo, a presidente da CNA lembrou que o texto do relatório é ainda mais rígido do que a legislação vigente, que permite o desmatamento quando autorizado por órgãos ambientais. Já o relatório aprovado na Comissão Especial da Câmara proíbe a abertura de novas áreas por um período de cinco anos, prorrogáveis por igual período.

A senadora lembrou, ainda, que o debate sobre o meio ambiente deve ser acompanhado por toda a sociedade. “Não existe monopólio, nem reserva de mercado nesse tema”, completou. A presidente da CNA acrescentou que, pela primeira vez em muitos anos, o Congresso Nacional tem a oportunidade de definir a legislação ambiental mais adequada à realidade do País. “É a hora dos parlamentares fazerem valer a vontade de seus Estados”, concluiu.

Grupo do MST desocupa prefeitura em SP – Poder – Folha de São Paulo – 25/02/2011

Os integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que haviam invadido a Prefeitura de Apiaí (a 325 km de São Paulo) decidiram deixar o local na tarde de ontem, após reunião com o prefeito, Emilson Couras da Silva (DEM).

O grupo, composto em sua maioria por mulheres e crianças, invadiu a prefeitura no começo da manhã de ontem para pedir saneamento, energia elétrica e transporte coletivo no assentamento onde vivem.

Os manifestantes impediram a saída de servidores. De acordo com a Polícia Militar, não houve danos ao prédio.

Segundo o chefe de gabinete da prefeitura, Eduardo José Martins, o prefeito se comprometeu a negociar os pedidos.

Crise que se alastra pelos países árabes aumenta os preços do agronegócio – Geraldo Barros – Mercado – Folha de São Paulo – 26/02/2011

À medida que a crise no mundo árabe se alastra, seus efeitos sobre o restante do globo vão sendo sentidos.

Trata-se de importante região produtora de petróleo e altamente dependente de importações, inclusive do agronegócio. Os altos preços dos alimentos, aliás, foram

relevantes para o surto de revoltas nessa região de elevada concentração de renda e de marcante pobreza.

Quando o turbilhão atingiu a Líbia, ficou sob risco direto o suprimento de petróleo, especialmente na Europa, com destaque para Itália, França e Alemanha.

O mercado mundial reagiu com expressiva elevação de preços. Permanecendo esse quadro, ficaria caracterizado um choque de oferta, com o conhecido resultado de aumento da inflação e de queda da atividade econômica.

O aumento do petróleo aprofunda as dificuldades decorrentes de já se encontrarem altos os preços de produtos vinculados a recursos naturais (alimentos, fibras, minérios, metais), cuja oferta não acompanha o crescimento da demanda mundial.

Como os desarranjos produtivos no norte da África dificilmente serão superados rapidamente, paira sobre a economia global o espectro de recaída numa crise, ainda em processo de superação.

É importante, porém, ter em conta que os impactos de aumento no preço do petróleo hoje são menores do que no passado. Muitos países têm, atualmente, um sistema produtivo bem mais eficiente no uso da energia.

É provável que, embora prossiga a ressaca da crise anterior, os maiores estragos da nova crise se restrinjam aos próprios países árabes.

Para o agronegócio, importa saber que boa parte do crescimento esperado na demanda de alimentos na próxima década está associada aos países da África e do Oriente Médio.

Daí que, em sequência imediata ao agravamento da crise na Líbia e seus reflexos sobre o preço do petróleo, os mercados de grãos -como trigo, soja e milho- reagiram com forte baixa.

Na mesma direção atuaram as notícias de que China e Índia buscavam uma pequena frenagem em suas locomotivas econômicas.

O que a experiência ensina é que os preços de alimentos e petróleo -e commodities em geral- tendem a se movimentar nas mesmas direções, embora no curtíssimo prazo possam seguir rumos discrepantes.

Tanto na crise dos anos 1970 como na de 2008, distúrbios na produção de petróleo e transtornos climáticos levaram a altas substanciais de preços de ambos. Imprevidências na condução de políticas macroeconômicas agravaram os efeitos perversos do choque de oferta.

Tudo isso considerado, é provável que a crise no norte da África traga alguma turbulência sem, porém, alterar significativamente o quadro de alta de preços tanto de petróleo como de alimentos, enquanto for mantido o atual crescimento rápido mesmo diante do aumento da inflação mundial.

Após a queda, os mercados de grãos, prudentemente, parecem ter entrado em ritmo de espera para melhor avaliar a extensão dos danos da crise e dos ajustes em andamento.

GERALDO BARROS é professor titular da USP/Esalq e coordenador científico do Cepea/Esalq/USP.

Incra infla números de reforma agrária – Roldão Arruda – Primeiro Caderno – O Estado de São Paulo – 28/02/2011

Dados sobre assentamentos no governo Lula incluem famílias que já produziam na zona rural ou que ocuparam lotes abandonados

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez mais pela reforma agrária do que todos seus antecessores juntos. É o que assegura uma série de números divulgada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). São dados que impressionam à primeira vista, mas também causam polêmica: segundo especialistas, eles foram anabolizados.

Pelos números do Incra, 48,3 milhões de hectares de terras foram incorporados às áreas de assentamentos e 614 mil famílias ganharam lotes rurais no período de 2003 a 2010. Isso significa que Lula teria garantido 56% do total de 85,8 milhões de hectares incorporados à reforma agrária em toda a história. Mais do que isso: ele seria responsável, sozinho, por 66,4% do total de 924 mil famílias assentadas no País.

Na opinião do geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, pesquisador e professor de pós-graduação da USP, esses números não refletem a realidade da reforma de Lula. Para chegar a ela, é preciso desdobrar os números.

Ao fazer isso com os dados acumulados de 2003 a 2009, Oliveira verificou que quase um terço (26,6%) das famílias assentadas por Lula é, na verdade, constituído por famílias que já viviam e produziam na zona rural, mas sem título de propriedade. O trabalho do governo foi dar-lhes o título e incluí-las nos programas de apoio à agricultura familiar. “É acertado atender essas famílias”, diz o professor. “Mas o governo deve esclarecer que não foram assentadas pela reforma.”

Oliveira observou que também foram adicionados à coluna de novos assentamentos casos de famílias que ocuparam lotes abandonados em áreas de reformas já existentes. Pelas suas contas, eles representam 38,6% do total: “Isso é reordenação fundiária e não deveria aparecer na coluna de novos assentamentos”.

Famílias que já tinham propriedade e tiveram que ser transferidas de um local para outro, em decorrência da formação de lagos para hidrelétricas, também foram usadas para engrossar a lista de novos assentados.

Após depurar os números do Incra, o professor concluiu que os novos assentamentos representam apenas 34,4% do total registrado de 2003 a 2009. Aplicando essa taxa ao número divulgado agora, pode-se concluir que foram assentadas 211 mil novas famílias – e não 614 mil.

A polêmica se estende ao volume de terras incorporadas. Quando se desdobra o total de 48,3 milhões de hectares destinados à reforma agrária no governo Lula, verifica-se que somente 4,5 milhões (9,3%) foram obtidos com desapropriações de áreas particulares. O grosso das terras – 43,3 milhões de hectares – eram terras públicas, da União ou dos Estados, localizadas sobretudo na Região Norte. “Isso é colonização e não reforma agrária, uma vez que não altera a estrutura fundiária”, diz Oliveira.

Reforma possível. Para outro estudioso, o professor Bernardo Mançano Fernandes, do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera), da Unesp, uma das principais características da política de Lula foi justamente a substituição da desapropriação pela regularização de terras. “Não havia força política para se fazer a reforma agrária com ênfase na desapropriação de terras improdutivas”, afirma.

Lula, segundo Fernandes, fez a reforma possível, beneficiando famílias que podiam perder suas terras por falta de títulos e de assistência do governo. Transferiu para o futuro, porém, o problema da concentração da propriedade rural. “Ele apenas adiou o conflito pela terra.”

Justiça atrasa desapropriação, alega órgão-Roldão Arruda – Primeiro Caderno – O Estado de São Paulo – 28/02/2011

O Judiciário constitui hoje o maior entrave para se conseguir a desapropriação de terras que poderiam ser destinadas à reforma agrária, segundo o presidente do Incra, Rolf Hackbart. “Atualmente existem 257 processos de desapropriação parados nas mãos dos juízes. Eles somam 500.415 hectares—terra suficiente para assentar mais de 20 mil famílias”, afirma.

É essa resistência do Judiciário, segundo Hackbart, que teria levado os processos de desapropriação a perderem espaço no conjunto das ações de obtenção de terra para a reforma. Ele refuta, por outro lado, a acusação de que o Incra teria anabolizado os números do governo Lula.

“Quando promovemos a regularização fundiária e incluíamos as famílias no programa de reforma agrária, nós combatemos a grilagem e, ao mesmo tempo, passamos a oferecer crédito, recursos para a construção de casas, assistência, enfim, tudo que existe no programada reforma”, afirma. “Isso permite, sem nenhuma dúvida, incluí-las na contagem das famílias assentadas.”

Ele também acha correto contar como novo assentamento a instalação de famílias em lotes abandonados. “Se o Incra pega a família que vive debaixo da lona de um acampamento e põe no lote, é justo contar como beneficiária da reforma.”

Os créditos iniciais concedidos à família assentada somam hoje R\$ 42 mil. Na Região Norte, onde se concentra a maioria dos assentamentos do Incra, cerca de 30% das famílias, segundo estudo do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, abandonam os lotes logo após receberem os créditos e vender e mas benfeitorias realizadas (uma vez que não podem vender a terra).

Segundo o Movimento dos Sem-Terra (MST), o abandono deve-se sobretudo à precariedade dos assentamentos, que muitas vezes não contam nem com estradas de acesso ao lote

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor,
Jorge Romano, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf

Assistentes de Pesquisa

Catia Grisa, Karina Kato, Luiza Mariano de Lima Araujo,
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

CPDA

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa